

SUMÁRIO

DIREITO INTERNACIONAL : HOMENAGEM A ADHERBAL MEIRA MATTOS

ORGANIZADO POR

Paulo Borba Casella e André de Carvalho Ramos, 22

O BRASIL E AS ÁGUAS TRANSFRONTEIRIÇAS: POR UMA ORGANIZAÇÃO
INTERNACIONAL DAS HIDROPOTÊNCIAS

Aguinaldo Alemar, 31

Conferência de Mar del Plata, 1977	36
Conferência internacional sobre água e meio ambiente – Declaração de Dublin	37
Convenção de Helsinki sobre a proteção e uso dos rios transfronteiriços e dos lagos internacionais	39
Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento	40
Convenção das Nações Unidas sobre o direito de uso dos cursos d'água internacionais para fins distintos da navegação	41
Regras de Berlim sobre os recursos hídricos	46
Uma Organização internacional para a água	47
Referências bibliográficas	50

GARANTIAS PROCESSUAIS SÃO DIREITOS HUMANOS:
UM ESTUDO DAS GARANTIAS PROCESSUAIS NO SISTEMA
AMERICANO DE DIREITOS HUMANOS

Danielle Annoni, 51

1. Introdução	52
2. O processo como instrumento de efetivação de direitos	53
3. As garantias processuais internacionais	60
4. As Garantias Processuais Internacionais no Sistema Americano	68
4.1 O Direito de Petição e do Acesso à Justiça	71
4.2 A Garantia à Igualdade das Partes e a um Julgamento por um Juiz e Tribunal Independente e Imparcial	73
4.3 A Garantia ao Respeito à Legalidade e da Presunção de Inocência	74

4.4 A Garantia do Contraditório, da Ampla Defesa e da Recorribilidade	76
4.5 A Garantia ao Devido Processo Legal e das Medidas Cautelares	77
5. Considerações Finais	78
6. Referências bibliográficas	79

**DIREITOS HUMANOS: 60 ANOS DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS
HUMANOS E 20 ANOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL –
MITOS, ILUSÕES E (ALGUMA) ESPERANÇA...**

Josycler Arana, 83

1. Noções Introdutórias	84
2. Origem do Estado e sua importância para proteção do indivíduo	85
3. Juristas e Correntes filosóficas para a construção da presença do homem no cenário internacional	86
4. Conceito de Direitos Humanos	87
5. Da evolução histórica do reconhecimento dos Direitos Humanos na sociedade internacional até a Declaração Universal dos Direitos do Homem.	88
6. Sessenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos – uma celebração de seu alcance e significado	89
7. Do contexto histórico e social da promulgação da Constituição Federal de 1988	91
8. A Emenda Constitucional nº 45/ 2004 e seus reais efeitos na defesa dos Direitos Humanos no Brasil	92
Conclusão	94
Referências bibliográficas	95

**A IMPORTÂNCIA DA COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL PARA A ATUAÇÃO
DO ESTADO BRASILEIRO NO PLANO INTERNO E INTERNACIONAL**

Nadia de Araujo, 97

I. Importância do tema e seu desenvolvimento	98
II. Definição	99
III. Características da Cooperação Jurídica Internacional	100

IV. A cooperação jurídica internacional no Brasil	101
<i>Regulamentação e características</i>	101
<i>Cartas Rogatórias</i>	103
<i>Sentenças estrangeiras</i>	104
<i>Auxílio Direto</i>	105
<i>Informação do Direito Estrangeiro e pedido de informação</i>	106
V. Análise das principais decisões do STJ sobre cooperação jurídica internacional em 2007	107
Sentença Estrangeira Contestada 911 – Pipeline e propriedade intelectual	108
A Carta Rogatória 438 e a quebra de sigilo bancário	109
Tutela antecipada em homologação de sentença estrangeira	111
VI. Visão para o futuro	112
VII. Conclusão	114
VIII. Bibliografia	114

OS CRIMES DE GUERRA NO DIREITO INTERNACIONAL DE NOSSOS DIAS

Luiz Olavo Baptista, 117

Introdução: noção de crimes de guerra	118
I. Evolução do Direito Internacional Penal	118
A primeira fase, normativa.	119
A segunda fase, institucionalização	123
II. Justiça Penal Internacional e crimes de guerra	127
Anexo – Relação dos Tratados Internacionais sobre leis de guerra, existentes no registro oficial da ONU, com os títulos no idioma oficial.	132

A EXTENSÃO DA PROTEÇÃO DO OBJETO DA PATENTE E OS LIMITES DO PRINCÍPIO DA EXAUSTÃO DE DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

Maristela Basso, 137

1. Patentes: O objeto protegido pela patente de invenção	138
1.1 O direito do Inventor	138
1.2 A proteção constitucional dos direitos do inventor	141
1.3 A proteção infraconstitucional conferida ao inventor	143
2. O adensamento da análise do objeto protegido pela patente	145

2.1 O objeto contrafeito: As infrações dos direitos decorrentes da patente	147
2.1.1 A contrafação independe do uso dado ao produto	148
2.1.2 A temporalidade do direito do inventor e o interesse público	150
2.2 Regras de apreciação da contrafação patentária	152
3. O princípio da exaustão dos direitos de propriedade intelectual não abriga nem acoberta violações dos direitos do inventor por uso não autorizado do objeto protegido	154
3.1 Exploração comercial x modificação do objeto da patente	156
3.2 Tipos de exaustão de direitos: Nenhum deles diz respeito à contrafação por uso indevido – sem autorização do titular – do objeto da patente fora do contexto da importação paralela	159
3.3 A Exaustão de direitos de propriedade intelectual e o sistema da OMC/TRIPS	160
4. A violação do objeto protegido por patente e a prática de concorrência desleal (e parasitária)	161

A SOCIEDADE ATUAL E SEUS TRÊS GRANDES DESAFIOS POLÍTICOS

Gilmar Antonio Bedin, 165

1. Globalização: grande mudança histórica	166
2. Conseqüências estruturais da globalização	167
2.1 Declínio do conceito de soberania e redefinição do papel do Estado	167
2.2 Multiplicação dos atores internacionais	168
2.3 Crescente complexidade das relações internacionais	169
2.4 Superação de alguns problemas tradicionais	170
3. Três desafios da sociedade atual	171
3.1 Desafio do enfrentamento do risco do colapso da humanidade	171
3.2 Desafio da limitação do domínio econômico	173
3.3 Desafio da criação de um sistema de governança internacional democrática	174
4. Considerações finais	177
Referências bibliográficas	177

O PROCESSO DE REVISÃO DA SENTENÇA PERANTE A CORTE INTERNACIONAL DE
JUSTIÇA À LUZ DE SUAS ÚLTIMAS DECISÕES

(IUGOSLÁVIA *vs.* BÓSNIA E EL SALVADOR *vs.* HONDURAS)

Leonardo Nemer Caldeira Brant, 179

I – A admissibilidade da demanda de revisão da sentença de 11 de julho de 1996 (República Federal da Iugoslávia <i>vs.</i> Bósnia-Herzegovina)	183
II – A admissibilidade da demanda de revisão da sentença de 11 de setembro de 1992 no Caso da Diferença Fronteiriça Terrestre, Insular e Marítima (El Salvador <i>vs.</i> Honduras: intervenção da Nicarágua)	191
Conclusão	201

OS MODELOS DE INTERAÇÃO ENTRE DIREITOS HUMANOS E OS PROCESSOS DE
INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

André de Carvalho Ramos, 203

Prolegômeno: homenagem ao Professor Adherbal Meira Mattos	204
Introdução: a proposta do artigo	204
1. A integração econômica e sua tipologia	206
2. O papel dos direitos humanos na construção de um processo de integração	208
3. Os direitos humanos e a legitimacao de um processo de integração	212
4. Simetrias no processo de internacionalização: integração econômica e proteção de direitos humanos.	218
Conclusão: os dois modelos de relação entre integração econômica e direitos humanos	219

DIREITO INTERNACIONAL E DIGNIDADE HUMANA

Paulo Borba CASELLA, 223

introdução	224
i. valores e princípios no direito internacional pós-moderno	228
ii. rumo à ordenação humana do mundo ?	249
iii. construção do direito internacional pós-moderno entre acepção formal e conteúdo material de comando que possa ser efetivado	255
iv. dignidade humana e proteção internacional dos direitos	

fundamentais : entre legitimidade e efetividade no direito internacional	277
v. mutação estrutural e operacional do direito internacional	294
vi. conclusão	343

**A DIRECTIVA-QUADRO DA ÁGUA: A PEÇA QUE FALTAVA NO MOSAICO
NORMATIVO EUROPEU DE GOVERNAÇÃO MULTI-NÍVEL DA ÁGUA?**

Paulo Canelas de Castro, 345

Introdução	346
I. Fundamentos históricos do novo regime de	
Directiva-Quadro da Água	347
1. O repto da realidade	347
2. A evolução da resposta normativa comunitária anterior à	
Directiva-Quadro da Água	347
2.1 Primeira fase: as bases (esparças) de um regime de	
protecção da água	348
2.2 Segunda fase: consciencialização de lacunas e insuficiências	
(como condição de inovadora renovação do regime)	352
2.3 Terceira fase: a senda da reforma estrutural da legislação	
comunitária da água	354
II. Conteúdo e sentido do novo regime da	
Directiva-Quadro da Água	357
A. Duas opções estruturantes	357
B. Objectivo e âmbito ecológico (artigo 1º)	358
C. Os resultados pretendidos: objectivos ambientais (artigo 4º)	360
a) Bom estado da água superficial	361
b) Bom estado das águas subterrâneas	363
c) Zonas Protegidas	364
D. Execução dos objectivos: a política de gestão da água	365
1) Regiões hidrográficas (artigo 3º)	366
2) Análises e monitorização das regiões	
hidrográficas (artigos 5º e 8º)	367
3) Programas de medidas (artigo 11º)	369
4) Planos de gestão da bacia (artigo 13º)	371
5) Participação do público: informação e consulta (artigo 14º) ...	372
6) Estratégias de luta contra a poluição das águas.	373

6.1) Estratégias de luta contra a poluição das águas superficiais	373
a) Definição de “standards” ao nível nacional e comunitário	373
b) Substâncias prioritárias (artigo 16º)	374
c) Abordagem combinada (artigo 10º)	376
6.2) Estratégias de luta contra a poluição das águas subterrâneas (artigo 17º)	378
7) Recuperação de custos pela prestação de serviços da água: preços (artigo 9º)	379
III. As relações do novo Direito Comunitário da Água com as legislações nacionais	381
IV. As relações do novo Direito Comunitário da Água com o Direito Internacional	383

A APLICAÇÃO DA CONVENÇÃO DA HAYA/80 – OS ASPECTOS CIVIS DO SEQUESTRO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS
Guilhermina Lavos Coimbra, 393

Introdução	394
I – Os compromissos internacionais	395
II – A Convenção da Haya/80	395
2.1 – O Objetivo Principal da Convenção.	397
2.1.1 – A Convenção da Haya/80 e O Direito Privado Interno do Estado Signatário: O Direito de Família.	398
2.1.1.1 – O Direito de Visita e a Convenção.	399
2.2 – O Conceito de Residência Habitual da Criança e a Convenção da Haya/80.	400
2.3 – A Convenção e o Prazo para a Restituição	400
2.4 – As Partes na Convenção.	401
2.5 – Os Ministérios da Justiça dos Estados Signatários e o Juízo de Admissibilidade	401
2.6 – As Autoridades Centrais do Estado Signatário da Convenção da Haya/80 e o Juízo de Admissibilidade.	401
2.6.1 – As Atribuições das Autoridades Centrais.	402
2.6.2 – A Autoridade Central e o Direito de Visita	

	Previsto na Convenção.	402
III – O Brasil e os instrumentos jurídicos internacionais.		403
3.1 – A Hierarquia das Leis no Brasil.		404
3.2 – A Competência Federal e a Competência Estadual no Brasil.		405
3.3 – As Decisões dos Tribunais do Brasil sobre Conflito de Competência		407
IV – O Brasil e a Convenção da Haya/80		409
4.1 – A Constituição Federal face à Convenção da Haya/80 – O Instituto da Homologação – A Emenda n. 45 de 08.12.2004 – Os Direitos Humanos e A Convenção da Haya/ 80		409
V – O Procedimento no Brasil		411
5.1 – O Brasil Signatário da Convenção da Haya/80 – A Secretaria Especial de Direitos Humanos – O Ministério da Justiça e o Juízo de Admissibilidade		411
5.2 – A Autoridade Central Federal do Brasil e o Juízo de Admissibilidade.		411
5.2.1 – A ACAF e a Aplicação do Direito de Visitação. ...		414
5.2.2 – O Direito de Visita e a Jurisprudência.		415
5.3 – A Advocacia Geral da União – AGU – e a Convenção da Haya/80		415
5.3.1 – As Partes no Processo de Restituição		416
5.3.2 – Os Pressupostos da Contestação: o Interesse de Agir.		417
5.4 – A Convenção da Haya/80 e a Competência da Justiça Federal		418
5.5 – Os Problemas do Prazo Longo para a Devolução da Criança no Brasil: O Entendimento do Tribunal Superior de Justiça.		419
VI – O entendimento sobre o superior interesse da criança no Brasil		422
VII – A Lei Modelo e a Convenção da Haya/80 sobre aspectos civis do seqüestro internacional de crianças		422
Conclusão		427

A CONVENÇÃO DE VIENA DE 1969 E A “JURISPRUDÊNCIA” DA OMC

Ligia Maura Costa, 429

Introdução	430
I. A OMC e a Convenção de Viena	430
II. A “Jurisprudência” da OMC e a Convenção de Viena	434
Conclusão	448

ORIGEM E NECESSIDADE DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

José Cretella Neto, 451

Sobre nosso Homenageado	452
1. Sociedade Internacional Clássica: Transformações, Multilateralismo, Novos Problemas	453
2. Organizações Internacionais: Necessidade e Origem – A Sociedade Internacional Compartilha seus Problemas e Soluções	462
Conclusões	478
Bibliografia	479

SOLUÇÕES CONCRETAS DE CONFLITOS INTERNACIONAIS DE INTERESSES E REGRAS JURÍDICAS CONSUETUDINÁRIAS

Luiz Dilermando de Castello Cruz, 481

O DRAMA DO ANACIONAL: DA DESIGNAÇÃO POLITICAMENTE INCORRETA À CONQUISTA DA CIDADANIA – REFLEXÕES SOBRE A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 54

Florisbal de Souza Del’Olmo, 499

Introdução	500
1. O Instituto da Nacionalidade	500
1.1. Observações preliminares	500
1.2. O <i>jus soli</i>	502
1.3. O <i>jus sanguinis</i>	504
2. A Anacionalidade	505
2.1. Designação politicamente incorreta	505
2.2. Os limites do <i>jus sanguinis</i> privam a nacionalidade de filhos de brasileiros	508
2.3. A Emenda Constitucional nº 54 e o registro consular	509
2.4. A cidadania ao alcance dos <i>brasileiros</i> anacionais	511

Conclusão	513
Referências bibliográficas	513

A AMAZÔNIA E O ESTADO NACIONAL

Sergio Xavier Ferolla, 515

OS TRATADOS SOBRE DIREITOS HUMANOS E A REGRA DO

ART. 5º, § 3, DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL

Georgenor de Sousa Franco Filho, 523

I. Introdução	524
II. Buscando re-identificar direitos humanos.	524
III. A regra constitucional e seus efeitos.	526
IV. Conclusão	531

O DIREITO INTERNACIONAL E A TEORIA DAS FONTES: REFLEXÕES SOBRE AS

NORMAS PEREMPTÓRIAS DO *JUS COGENS*

Luna Freitas, 533

Introdução	534
1. A ordem jurídica da sociedade internacional	535
2. A Teoria das Fontes Jurídicas	542
2.1 Noção das fontes do Direito	542
3. As fontes do Direito Internacional público	543
4. <i>Jus cogens</i>	546
4.1 O <i>jus cogens</i> e as fontes do Direito Internacional	546
Conclusão	552
Referências bibliográficas	554

LIBERDADE NO MUNDO GLOBALIZADO

Márcio Pereira Pinto Garcia, 557

1. Introdução: “liberdade, liberdade, abra as asas sobre nós...”	558
2. Liberdade dos antigos, dos modernos e dos pós-modernos	560
3. Liberdade e globalização, do que falamos?	565
3.1 Estado soberano <i>ma non troppo</i>	568
3.2 Direito internacional público: novo espaço para o exercício da liberdade?	570
4. Conclusão	572
5. Bibliografia consultada	572

**A OPINIO JURIS SIVE NECESSITATIS: DO ELEMENTO SUBJETIVO
CONSUECUDINÁRIO À INTERSUBJETIVIDADE JURÍDICA**

Arthur Roberto Capella Giannattasio, 575

1.1 Observações Iniciais	576
1.2 A <i>Opinio Juris Sive Necessitatis</i>	578
1.3 As Visões Doutrinárias da <i>Opinio Juris</i> : O Embate entre o Voluntarismo e o Objetivismo, e uma Proposta de sua Superação	592
1.4 Repercussões da Adoção da Proposta Intersubjetiva da <i>Opinio Juris</i>	602
1.5 Conclusões	613
1.6 Bibliografia	615

**AS NORMAS TRIBUTÁRIAS CONTIDAS NO TRATADO DE ASSUNÇÃO E A SUA
APLICABILIDADE NO ÂMBITO INTERNO**

Fabio Luiz Gomes, 619

1. O Mercosul dentro de um processo de integração	620
2. Posição do Supremo Tribunal Federal quanto às normas emanadas de tratados internacionais	621
2.1 Princípio da <i>lex posterior derogat priori</i>	621
2.2 Interpretação dos dispositivos tributários do Tratado de Assunção	624
2.3 Aplicabilidade interna das normas oriundas do Mercosul.....	626
3. Emenda Constitucional nº 45, de 8 de Dezembro de 2004 e suas repercussões no campo tributário	626
Conclusão	628

**LA DECLARACIÓN UNIVERSAL DE LOS DERECHOS HUMANOS DE 1948
MIRADA DESDE EL AÑO 2008**

Héctor Gros Espiell, 631

I	632
II	633
III	634
IV	636
V	637
VI	637

VII	638
VIII	638
IX	639
X	639
XI	640
XII	641
XIII	642
XIV	642
XV	644

**DA SOLIDARIEDADE PARA A “NÃO INDIFERENÇA”: A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA
ORDEM JURÍDICA INTERNACIONAL?**

Sidney Guerra, 647

I. Os princípios: noções gerais	648
II. Os princípios no direito internacional	650
III. A solidariedade na ordem global	653
IV. A “não indiferença”: para uma nova ordem internacional? (Considerações finais)	657
V. Referências bibliográficas	661

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL (BREVE ANÁLISE)

Antônio Márcio da Cunha Guimarães, 663

1. Tratado de criação do TPI	664
2. Breve histórico/objetivos	665
3. Conseqüências de sua criação	665
4. Adoção pelos países	666
5. TPI e o ordenamento jurídico brasileiro (Contradições, convergências)	667
a) pena de prisão perpétua	668
b) entrega de acusado	670
6. Conclusão	672

NEGOCIAÇÃO COLETIVA

José Castilho Levy, 675

1. Introdução	676
2. A necessidade de evolução do Direito do Trabalho	677
3. A redefinição do papel do Estado	678

4. Incentivo a negociação coletiva	680
5. Bibliografia	682

OS PRINCÍPIOS NO DIREITO INTERNACIONAL

Wagner Menezes, 683

1. Introdução	684
2. Os princípios e o Direito	685
3. Os princípios e o Direito Internacional	690
4. Princípios do Direito Internacional	695
5. Princípios gerais do Direito Internacional	697
6. Conclusão	698
7. Bibliografia	699

DIREITO INTERNACIONAL, NANOTECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO: POR UMA LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL NA AMÉRICA DO SUL

Antônio Walber Muniz, 703

1. Introdução	704
2. Antecedentes históricos à nanotecnologia	705
3. Nanotecnologia	707
3.1 Origem	708
3.2 Utilização	708
3.3 Contexto internacional	709
3.4 O Contexto brasileiro	711
4. Direito autoral e propriedade industrial	714
5. Aspectos e função social da propriedade intelectual	717
5.1 Adpic	717
5.2 O Bric	719
5.3 Função social da propriedade intelectual	719
6. Perspectivas para uma legislação na América do Sul	722
7. Considerações finais	723
8. Referências bibliográficas	725

DIREITO À MEMÓRIA E REPARAÇÃO: DA INCLUSÃO JURÍDICA DAS PESSOAS PERSEGUIDAS E TORTURADAS NA DITADURA MILITAR BRASILEIRA

Irene Patrícia Nohara, 727

1. Considerações preliminares	728
-------------------------------------	-----

2. Problemática jurídica da tortura na ditadura	729
3. Da ocultação à responsabilização: direito à verdade e arquivos da ditadura	736
4. Golpe de Estado e Estado de Exceção	742
5. Tortura como método e órgãos de informação para perseguição política	746
6. Responsabilidade do Estado e oportunidade institucional para a manifestação do sadismo e da destrutividade	749
7. Marcas indeléveis, danos irreparáveis à psique humana e eqüidade no sistema de reparação	752
8. Tortura como crime de lesa-humanidade, dignidade humana e proteção internacional dos Direitos Humanos	755
9. Conclusões	759
Referências bibliográficas	760

AS RESTRIÇÕES DA LEI BRASILEIRA AOS DIREITOS PATENTÁRIOS À LUZ DO ACORDO TRIPS/OMC

Ana Cristina Paulo Pereira, 763

Introdução	764
1. Os direitos patentários	765
2. A perda do direito de proibir a importação de produtos postos no comércio	766
3. Exceções aos direitos exclusivos do titular da patente	768
4. Utilização de patente sem autorização do titular	773
4.1 Situações de Licença Compulsória previstas na Lei n.º 9.279/1996	774
4.2 Outras situações de Licença Compulsória	780
Conclusão	783
Referências bibliográficas	784

RUI BARBOSA E A SEGUNDA CONFERÊNCIA DE PAZ DA HAIA DE 1907

Antônio Celso Alves Pereira, 785

SOBERANÍA Y SUPRANACIONALIDAD: UN ANÁLISIS DESDE

LA PERSPECTIVA DE LA INTEGRACIÓN

Félix Gerardo Ibarra Prieto, 801

Introducción	802
--------------------	-----

I. La Soberanía	803
I.1 La evolución histórica de la soberanía y de su concepto	803
I.2 Antecedentes de la teoría bodiniana de la soberanía	804
I.3 El poder absoluto, el perpetuo	805
I.4 Los atributos clásicos de la soberanía	806
I.5 Los límites del soberano	806
I.6 La soberanía del estado y su consistencia	807
I.7 Manifestaciones de los poderes del estado	807
I.8 Los límites de la soberanía: la persona humana y la sociedad internacional	808
II. Supranacionalidad	809
II.1 El concepto supranacional	809
II.2 La supranacionalidad en la comunidad europea	811
II.3 La soberanía compartida a través de la supranacionalidad	812
II.4 La soberanía compartida y la integración	814
Consideraciones finales	815
Referencias bibliográficas	816

COEXISTINDO EM PAZ...

Francisco Rezek, 817

AUTOPIA DO PATRIMÔNIO COMUM DA HUMANIDADE: ANÁLISE CRÍTICA ACERCA
DOS ASPECTOS JURÍDICOS DO APROVEITAMENTO ECONÔMICO DOS RECURSOS
DOS FUNDOS MARINHOS INTERNACIONAIS

Enrico Spini Romanielo, 821

Introdução	822
1. O Direito do Mar Clássico: aspectos fundamentais	822
2. O crescente interesse pelos fundos marinhos internacionais e a codificação jurídica	825
3. A Área na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982 e o princípio do Patrimônio Comum da Humanidade	831
4. O regime jurídico previsto pela Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar de 1982	834
5. O regime jurídico previsto pelo Acordo sobre Implementação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar ...	840

Conclusões	843
Bibliografia	844

**IMIGRANTES NOS ESTADOS UNIDOS: VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS
E O SISTEMA ONU**

José Blanes Sala & Fernanda Raís Ushijima, 847

1. O Novo Nativismo	849
2. A violação dos direitos humanos e as detenções civis de estrangeiros nos EUA	851
Os Instrumentos nacionais e internacionais de proteção aos direitos dos detentos estrangeiros civis	851
As violações	855
a. As violações de direitos essenciais para a proteção contra a detenção arbitrária	858
b. Outras violações ao direito a um tratamento humano: as condições nas detenções	861
A falta de prestação adequada de assistência médica	862
A ausência de um devido cuidado com a saúde mental dos detentos	863
O desrespeito ao direito à prática religiosa	863
3. Os direitos trabalhistas dos imigrantes	863
a. As formas de proteção: sobre o quadro normativo.	864
As outras formas de proteção	865
As leis	865
A força do livre mercado	866
Negociação coletiva	866
b. A situação dos direitos trabalhistas dos imigrantes nos EUA	867
Os trabalhadores convidados	867
Os trabalhadores indocumentados	868
4. O Impacto do Sistema da ONU de proteção dos direitos dos imigrantes nos EUA	869
Referências Bibliográficas	871

**NACIONALIDADE BRASILEIRA E DIREITO INTERNACIONAL: UM BREVE
COMENTÁRIO SOBRE A EMENDA CONSTITUCIONAL N. 54/2007**

Aziz Saliba, 875

A Nacionalidade em Direito Internacional	876
--	-----

Nacionalidade no Brasil	879
Considerações Finais	882

TRATADO DE LISBOA E DEFICIT DEMOCRÁTICO

Rogério Tairar, 883

Introdução	884
1. Histórico	885
2. Estrutura institucional	886
3. Tratado de Lisboa	887
4. Deficit democrático	893
Conclusão	897
Referências bibliográficas	898

ALIENAÇÃO DA COISA LEGADA AO LEGATÁRIO

Zeno Veloso, 901

O FÓRUM IBAS/IBSA NO CONTEXTO DA COOPERAÇÃO SUL/SUL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Susana Camargo Vieira, 907

1. A Título de Introdução	908
2. A Cooperação Sul/Sul – do direito ao desenvolvimento a Joanesburgo e além.	908
3. Fórum IBAS (IBSA) – de 2003 a 2008	912
4. A título de conclusão	916
Apêndice – lista de eventos realizados no contexto do	
Fórum nos três países membros	918
Diálogos Políticos	918
Reuniões dos Ministros de Ciência e Tecnologia	918
Reuniões dos Grupos de Trabalho Ibas em C&T	919
Workshops temáticos	919

O ADVOGADO ADHERBAL MEIRA MATTOS

Marcos Montenegro Duarte, 921